

Brasil deve pagar BIRD e Eximbank

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O Tesouro Nacional pretende utilizar parte do resultado operacional do Banco Central — algo como NCz\$ 70 bilhões, equivalentes pelo câmbio médio de janeiro a US\$ 4,6 bilhões — para colocar em dia, até o final do governo, uma série de compromissos com aval da União, principalmente junto a credores institucionais no exterior.

A "fila" de pagamentos dará prioridade ao Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) e Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Eximbank), acertando boa parte dos débitos de empresas estatais, governos estaduais e prefeituras, cujos atrasos aproximaram-se de US\$ 3 bilhões somente em 1989.

O secretário do Tesouro Nacional, Luis Antônio Andrade Gonçalves, informou, ontem, que a operacionalização desses pagamentos depende agora apenas de uma medida provisória que o governo pretende encaminhar ao Congresso na próxima semana, regulando a utilização de um sétimo das dotações orçamentárias de 1990 até 15 de março.

Serão liberados, também, alguns pagamentos de débitos da própria União, contraídos através de empresas estatais junto a organismos internacio-

nais, além de parcelas de crédito comercial concedido pelo Eximbank a importadores brasileiros. As autorizações do Tesouro devem obedecer a uma ordem cronológica, beneficiando primeiro os atrasos mais antigos.

A intenção é quitar ainda algumas dívidas de empresas estatais junto a credores internos, utilizando os mesmos recursos, que já estão em caixa. Os pagamentos internos e externos serão feitos "gradualmente", deixando o acerto final para o futuro governo.

"Não seria uma boa idéia deixar todos os pagamentos para a próxima administração, já que se trata de dívida contratada que aumenta com o passar do tempo", disse. Os ministros da área econômica enviaram ontem à Presidência da República o decreto administrativo que regula a execução financeira dos orçamentos deste ano.

(Ver página 3)

"Desde que haja estabilidade de preços, o mercado terá condições de encarar com naturalidade a aceitação de papéis mais longos", disse, ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Luis Antônio Andrade Gonçalves.

(Ver página 6)